

Maior transparência na adjudicação de obras

SANDRA DA SILVA GONÇALVES
sandrag@dnoticias.pt

Deixará de ser permitido em Portugal o ajuste directo na contratação e execução de empreitadas de obras públicas, uma decisão que consta do memorando da 'Troika' e que será implementada no último trimestre deste ano. Gonçalo Tavares, especialista em Direito Administrativo, que esteve, ontem, numa acção no Museu de Arte Sacra, explicou que com o fim do regime especial, a 'Troika'

pretende dar maior transparência às adjudicações das obras públicas, privilegiando a concorrência.

Miguel Albuquerque, também presente na iniciativa, sublinhou as vantagens do novo sistema, isto tendo em conta que privilegia os concursos públicos. "Com este novo sistema, e alargando as bases de consulta, a avaliação das obras que adjudicamos nos últimos dois anos baixou 3.7 milhões de euros", avançou. Tudo isto representa "uma poupança para o contribuinte".